



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – ORDEM DO DIA

- 2.1 – Comissão

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Comissões

4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 4/8/2016

Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Ulysses Gomes – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Cabo Júlio – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Gustavo Corrêa – João Leite – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Às 14h6min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para as extraordinárias de segunda-feira, dia 8, às 10, às 14 e às 18 horas, e para a especial, na mesma data, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2016

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes e Felipe Attiê, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Carlos Pimenta, João Leite, Dalmo Ribeiro Silva, Tadeu Martins Leite e Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a proposta de extinção do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – Deop-MG – e a absorção de suas atribuições pelo

Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – conforme o disposto nos Projetos de Lei nºs 3.503 e 3.509/2016. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ângela Maria Vieira Flores, servidora do Deop-MG; e os Srs. Murilo de Campos Valadares, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Flávio Goes Menicucci e Cláudio Pimenta Murta, respectivamente, diretor-geral e chefe de gabinete do Deop-MG; Célio Dantas de Brito, diretor-geral do DER-MG; e José Soares Diniz Neto, vice-presidente de Obras e Edificações Públicas, representando o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais – Sicepot-MG. A presidência concede a palavra aos deputados Felipe Attiê, João Leite e Carlos Pimenta, coautores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2016.

Roberto Andrade, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Wander Borges.

ATA DA 7ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/6/2016

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, João Vítor Xavier, André Quintão (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da liderança do BMM), Cristiano Silveira (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Administração Pública; a deputada Marília Campos e os deputados Tiago Ulisses, João Vítor Xavier, Cristiano Silveira (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM) e João Magalhães (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Está presente, também, o deputado Fred Costa. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.510/2016, pela Comissão de Administração Pública, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Magalhães). A Presidência informa que o Deputado André Quintão foi designado relator do Projeto de Lei nº 3.510/2016, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado André Quintão, sobre o projeto, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião conjunta dessas comissões, no dia 4/6, segunda-feira, às 14 horas, com a finalidade de apreciar o parecer do Projeto de Lei nº 3.510/2016, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2016.

João Magalhães, presidente – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda – Paulo Guedes – Gustavo Corrêa – Cabo Júlio – Agostinho Patrus Filho.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/7/2016

Às 14h29min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Jorge (substituindo o deputado Inácio Franco, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo



número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.400/2016, em turno único, do qual designou como relator o deputado Emidinho Madeira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.357/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.740/2016, dos deputados Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Nozinho, Rogério Correia, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Machado para debater a cafeicultura no Estado;

nº 6.741/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Campos Altos para debater sobre as cadeias produtivas do café, do leite e do queijo minas artesanal.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2016.

Emidinho Madeira, presidente – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/7/2016

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, André Quintão e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater supostos atos de perseguição, abuso de poder, assédio moral e improbidade administrativa praticados pelo Sr. Alberto Souto de Almeida, diretor-geral do Presídio Regional de Teófilo Otoni, e pelo Sr. Ademilson Rodrigues Jardim, diretor-geral da Penitenciária de Teófilo Otoni, bem como solicitar as providências necessárias à apuração e correção dos supostos atos. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Cabo Nathan, presidente da Associação dos Praças do Interior de Minas Gerais, denunciando que no Posto de Fiscalização de Trânsito instalado na BR 418, KM 164, em Teófilo Otoni, a cerca de 15 km do perímetro urbano, por ordem do comando da 15ª Região da Polícia Militar o policiamento deve ser ininterrupto, 24 horas por dia, e muitas vezes apenas um policial fica de plantão no local, inclusive de madrugada, expondo sua vida a riscos e gerando descontentamento na tropa. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Vítor Valverde, secretário municipal de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte, e André Pelli, superintendente de Investigação e Polícia Judiciária da Polícia Civil (25/6/2016); Caio Barros Cordeiro, subsecretário e chefe de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (3), (30/6/2016); e Rafael de Brito Aquino Soares, superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal (2), (30/6/2016 e 1º/7/2016, respectivamente). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 780/2015 (relator: deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.488/2016 (relator:



deputado Paulo Guedes), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nos 4.313 a 4.315, 4.357, 4.358, 5.158, 5.159 e 5.183. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.743/2016, dos deputados João Leite e Nozinho, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo pedido de providências para que sejam implementados nesse município a guarda municipal, o núcleo de monitoramento de segurança – Projeto Olho Vivo – e programas de prevenção da criminalidade, tais como projetos de recuperação de dependentes químicos e medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei;

nº 6.744/2016, dos deputados João Leite e Nozinho, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Senado Federal e ao presidente da Câmara dos Deputados pedido de providências para que seja elaborada legislação que tipifique como terrorismo os crimes praticados com uso de explosivo;

nº 6.745/2016, dos deputados João Leite e Nozinho, em que requerem seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para que seja implementada uma área integrada de segurança pública – Aisp – que atenda o Município de São Gonçalo do Rio Abaixo;

nº 6.746/2016, dos deputados João Leite e Nozinho, em que requerem sejam encaminhados à Polícia Rodoviária Federal pedido de providências para ampliar a segurança rodoviária na região de São Gonçalo do Rio Abaixo e as notas taquigráficas da 21ª Reunião Extraordinária da comissão;

nº 6.747/2016, dos deputados João Leite e Nozinho, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre a queda de energia durante a realização da 21ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada na Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo, bem como sobre a alegada impossibilidade de restabelecimento imediato do fornecimento de energia;

nº 6.748/2016, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a realização, com maior frequência, de *blitze* nas vias de acesso a São Gonçalo do Rio Abaixo, bem como para a intensificação das rondas de policiamento ostensivo na zona urbana desse município;

nº 6.749/2016, do deputado João Leite e do deputado Nozinho, em que requerem sejam encaminhados às superintendências dos Bancos Itaú, Caixa Econômica Federal e Bradesco no Estado pedido de providências para reforçar a segurança patrimonial de suas respectivas agências bancárias em São Gonçalo do Rio Abaixo, considerando o crescimento de casos de explosão de caixas eletrônicos no município; e as notas taquigráficas da 21ª Reunião Extraordinária da comissão;

nº 6.750/2016, dos deputados João Leite e Nozinho, em que requerem sejam encaminhadas ao Juízo de Direito e à Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Bárbara as notas taquigráficas da 21ª Reunião Extraordinária da comissão, com os debates sobre o crescimento da criminalidade no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo;

nº 6.751/2016, dos deputados João Leite e Nozinho, em que requerem seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a ampliação do efetivo, da infraestrutura e da logística em São Gonçalo do Rio Abaixo e para a designação de um delegado e investigadores para atuarem permanentemente no município;

nº 6.752/2016, dos deputados João Leite e Nozinho, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a ampliação do efetivo em São Gonçalo do Rio Abaixo e para a realização de investimentos em logística e equipamentos, com a disponibilização de viaturas grandes e com xadrez, aptas a patrulhar as zonas urbana e rural do município;

nº 6.753/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando da 15ª Região de Polícia Militar em Teófilo Ottoni pedido de providências para impedir a ocorrência de policiamento unitário, especialmente no posto de fiscalização de trânsito instalado no km 164 da Rodovia BR 418, a cerca de 15 km do perímetro urbano desse município;



nº 6.754/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Batalhão de Polícia Militar Rodoviária pelos 45 anos de excelência no cumprimento de sua função em benefício da sociedade mineira;

nº 6.755/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a instalação de uma unidade do Colégio Tiradentes no Município de Muriaé;

nº 6.756/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o aumento do efetivo policial e para a implementação de uma delegacia da mulher e de patrulha escolar no Município de Além Paraíba;

nº 6.757/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para o aumento do efetivo policial no Município de Além Paraíba;

nº 6.758/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para o aumento do efetivo policial e para a implantação de posto policial e do programa Olho Vivo no Município de Além Paraíba;

nº 6.759/2016, do deputado João Leite, em que requer seja realizada visita ao canil e ao Pelotão de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para averiguar as condições físicas das unidades.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cleonice Siqueira Chaves, assistente executiva de Defesa Social (Consultório Odontológico da Penitenciária de Teófilo Otoni), Aline Mendes dos Anjos Santos, agente penitenciário do Presídio Regional de Teófilo Otoni, Andressa Santos Soffiett, agente penitenciário do Presídio Regional de Teófilo Otoni, e Evelyn Fernanda Rodrigues Bruno, agente penitenciário do Presídio de Teófilo Otoni; e os Srs. Daniel Anunciação dos Santos, diretor do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Adeilton de Souza Rocha, presidente, Ronan Rodrigues, presidente da União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional do Estado de Minas Gerais – Unimasp-MG –, José Alberto Souto de Almeida, diretor-geral do Presídio Regional de Teófilo Otoni, Ademilson Rodrigues Jardim, diretor-geral da Penitenciária de Teófilo Otoni, Carlos Magno Freitas Dias, agente penitenciário do Presídio Regional de Teófilo Otoni, Silvandino Souza dos Santos, agente penitenciário do Presídio Regional de Teófilo Otoni, Antônio Marcos Avelino Oliveira, agente penitenciário do Presídio Regional de Teófilo Otoni, Geuliano da Silva Murça, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, Carlos Magno Freitas Dias, agente penitenciário do Presídio Regional de Teófilo Otoni, João Vitor Moreira dos Santos, agente penitenciário do Presídio Regional de Teófilo Otoni, Edmilson Lima da Silva, agente penitenciário do Presídio Regional de Teófilo Otoni, Douglas de Oliveira Lemos, agente penitenciário do Presídio Regional de Teófilo Otoni, Evandro José de Souza, agente penitenciário do Presídio Regional de Teófilo Otoni, Julimar Ferreira Martins, agente penitenciário do Presídio de Teófilo Otoni, Romário Camargos Dias, agente penitenciário do Presídio de Teófilo Otoni, Antônio Carlos de Souza Oliveira, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, Fabio Junio Mendes de Souza, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, Gilberto Alves Tameirão, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, Paulo Sergio da Silva Correia, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, Marlei da Silva Aguiar, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, Warley Dias do Norte, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, Wanderson Lemes de Moraes, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, Wilson de Jesus, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, Geraldo Ubirajara Farias Menezes, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, Savano Junger Froede, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, José Carlos Oliveira Ramos, agente penitenciário da Penitenciária de Teófilo Otoni, Sgt. PM Ugleno José dos Santos, esposo de agente penitenciário do Presídio Regional de Teófilo Otoni, e Rosalvo da Silva Santana, técnico em enfermagem e técnico em saúde bucal da Penitenciária de Teófilo Otoni. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que



compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.760/2016, dos deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que requerem sejam encaminhados à Corregedoria da Secretaria da Administração Prisional pedido de providências para instauração de processo administrativo disciplinar para apurar denúncias da prática de abuso de poder, improbidade administrativa e assédio moral imputadas ao diretor-geral do presídio regional de Teófilo Otoni e ao diretor-geral da penitenciária de Teófilo Otôni, bem como as notas taquigráficas da 22ª Reunião Extraordinária da comissão e cópias dos documentos recebidos nessa oportunidade;

nº 6.761/2016, dos deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que requerem sejam encaminhados à Promotoria de Justiça da Comarca de Teófilo Otôni pedido de providências para instauração de inquérito com vistas à apuração de denúncias de prática de abuso de poder, assédio moral e improbidade administrativa imputadas ao diretor-geral do presídio regional de Teófilo Otôni e ao diretor-geral da penitenciária de Teófilo Otôni, bem como as notas taquigráficas da 22ª Reunião Extraordinária da comissão e cópias dos documentos recebidos nessa oportunidade.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada amanhã, 14/7, às 10h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – André Quintão – Cabo Júlio.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/8/2016

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, André Quintão e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir o Cel. PM Eucles Honorato Júnior, o Ten.-Cel. Gianfranco Caiafa, o Ten.-Cel. Cláudio Vítor e o 1º-Ten. Leonardo Guimarães Oliveira Mailló, para prestarem esclarecimentos sobre o deslocamento de grande parte do efetivo da Polícia Militar para Ouro Preto em 21/4/2016 e sobre a forma de atuação dos policiais militares no evento realizado nesse município, os quais infringiram a Constituição da República, especialmente os direitos de ir e vir, de manifestação e de liberdade de expressão e garantias com natureza de cláusulas pétreas, em cumprimento a ordem do governador do Estado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.780/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater denúncia de perseguição ao presidente da Associação dos Praças do Interior de Minas Gerais – APNM – em razão do exercício de representação de entidade de classe na defesa da categoria;

nº 6.781/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante da 15ª Região da Polícia Militar pedido de informações sobre a razão, a data de início e o número de policiais militares destacados para fazer a escolta do prefeito de Ouro Verde de Minas, bem como se há pagamento de diárias a esses policiais;

nº 6.782/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater os malefícios causados a policiais e bombeiros militares em razão da falta de comprometimento de alguns diretores no âmbito da organização administrativa do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM;



nº 6.783/2016, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a hipótese de concessão de aposentadoria especial aos agentes penitenciários e aos agentes socioeducativos, por exercerem atividade de risco;

nº 6.784/2016, do deputado Isauro Calais, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para aumentar o policiamento nos horários de transporte escolar, principalmente próximo às escolas de ensino básico, tendo em vista a ocorrência de muitos assaltos aos transportadores escolares e aos estudantes transportados;

nº 6.785/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para anular qualquer determinação para que os profissionais terapeutas ocupacionais lotados no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, no Município de Governador Valadares, exerçam atribuições próprias de assistência social, jurídica e psicológica, por se configurar exercício ilegal de profissões devidamente regulamentadas;

nº 6.786/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Portaria/Corregedoria/Suapi/Sa nº 035/2016, que instalou sindicância administrativa, nos termos do Ofício 570/2016/1ª PJRN, da 1ª Promotoria de Justiça de Ribeirão das Neves, para apurar circunstâncias e responsabilidades acerca da escolta externa do ex-prestador de serviços Wandrew Schwenk de Assis, ex-agente penitenciário baleado no dia 1º/9/2009 por um preso sob sua escolta no Fórum de Sete Lagoas;

nº 6.787/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ocorrência de furtos, roubos e perda de armas de fogo, projéteis e coletes à prova de balas de propriedade de empresas de segurança;

nº 6.788/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar as providências cabíveis quanto à determinação do comandante da 3ª Cia. Ind BM, Major BM Alexsandro Carlos de Oliveira Nunes, no sentido de que a compensação de horas extras devidas ao bombeiros militares lotados no Município de Ipatinga ocorra, preferencialmente, nos mesmos períodos de férias anuais ou férias-prêmio, em total inobservância da Lei Complementar nº 127, de 2013;

nº 6.789/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à 16ª Delegacia de Polícia Civil em Pará de Minas pedido de providências para que seja apurado, com maior brevidade possível, o homicídio do advogado Arthur Wallace Barbosa Vieira, vítima de diversos disparos de arma de fogo, supostamente de autoria de membros de facções criminosas;

nº 6.790/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar as providências cabíveis quanto à falta de efetivo, a problemas estruturais, à insuficiência de espaço, trabalhos e oficinas para os presos e ao ingresso de drogas e aparelhos celulares no âmbito da penitenciária Dênio Oliveira de Carvalho, no Município de Ipaba, Comarca de Ipatinga;

nº 6.791/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar as providências cabíveis quanto ao aumento do índice de criminalidade, em especial a ocorrência de furtos e roubos a residências, no Município de São José do Buriti.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. sargento Cláudio Cassimito Dias, assessor jurídico do Subtenente Gonzaga, deputado federal; e cabo Berlinque Cantelmo, diretor jurídico da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM –, representando o 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente. O presidente informa que, devido à ausência dos convocados, a reunião será remarcada para o dia 17/8/16, às 9h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência



agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/8/2016

Às 15h01min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Gustavo Corrêa e Paulo Guedes, membros da Comissão de Administração Pública; e os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG) e Paulo Guedes (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na Comissão de Administração Pública, após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.509/2016, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado João Magalhães). Registra-se o voto contrário do deputado Gustavo Corrêa. Na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, na fase de discussão do parecer do relator, deputado Tiago Ulisses, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.509/2016, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, o presidente defere o pedido de vista do deputado Gustavo Corrêa. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros das comissões para a próxima reunião extraordinária, no dia 3/8, às 9h30min, para apreciar o Projeto de Lei nº 3.509/2016, e receber, discutir e votar proposições das comissões, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2016.

João Magalhães, presidente – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda – André Quintão.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/8/2016

Às 15h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Cabo Júlio e Paulo Guedes (substituindo, respectivamente, os deputados Arnaldo Silva e André Quintão, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Gustavo Corrêa e João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.842 e 3.502/2015 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Tiago Ulisses, sobre o Projeto de Lei nº 3.510/2016, no 1º turno, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 3 de agosto de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – André Quintão – João Magalhães.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/8/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o Projeto de Integração Regional no Modal Aéreo – Pirma –, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig.

Recebimento e votação de requerimentos.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 8 de agosto de 2016, destinada a homenagear a Igreja Adventista do Sétimo Dia pelos 10 anos do projeto Impacto Esperança.

Palácio da Inconfidência, 5 de agosto de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 10, as 14 e as 18 horas do dia 8 de agosto de 2016, destinadas, a primeira, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 52/2016, do governador do Estado, que altera a Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais; e dos Projetos de Lei nºs 255/2015, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o trecho que especifica; 257/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buenópolis o imóvel que especifica; 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27 de julho de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma; 2.834/2015, do deputado Deiró Marra, que dispõe sobre a desafetação de



bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guimarães o trecho de rodovia que especifica; 3.504/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a extinção do Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel-MG – e dá outras providências; 3.505/2016, do governador do Estado, que extingue o órgão autônomo Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais em Brasília – ERMG-BR – e dá outras providências; 3.506/2016, do governador do Estado, que extingue o Instituto de Geoinformação e Tecnologia – Igtec – e dá outras providências; 3.507/2016, do governador do Estado, que extingue a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex – e dá outras providências; 3.509/2016, do governador do Estado, que extingue o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – Deop-MG – e dá outras providências; 3.510/2016, do governador do Estado, que extingue a Fundação Rural Mineira – Ruralminas – e dá outras providências; 3.511/2016, do governador do Estado, que extingue a autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais – IO-MG – e dá outras providências; 3.513/2016, do governador do Estado, que altera a denominação da Rádio Inconfidência Ltda. e dá outras providências; e 3.515/2016, do governador do Estado, que altera o art. 2º da Lei nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a constituir e organizar sociedade sob o controle acionário do Estado, dispõe sobre o Sistema Estadual de Processamento de Dados e dá outras providências, altera o *caput* do art. 126 da Lei nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, que reorganiza a autarquia Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, introduz alterações na estrutura orgânica das secretarias de Estado e dá outras providências, altera o art. 2º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 14.892, de 17 de dezembro de 2003, que altera a denominação e o objeto da Companhia Mineradora de Minas Gerais – Comig – e dá outras providências, e acrescenta o art. 3º-A à Lei nº 20.020, de 5 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a prestação de assistência e cooperação técnicas pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – aos municípios na construção e administração de distritos industriais e dá outras providências; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final; e as demais reuniões, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e dos Requerimentos nºs 1.117/2015, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja inserido nos anais da Casa o *Manifesto contra a terceirização: muito além do Projeto de Lei nº 4.330/2004* (atualmente Projeto de Lei Complementar nº 30/2015); 1.137/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a falta de repasse de recursos para o Município de Juiz de Fora, esclarecendo quais são os repasses programados para aquisição dos medicamentos; quais valores já foram repassados para o referido município durante o ano de 2015; quais medicamentos já foram fornecidos e a respectiva quantidade e se há algum recurso que não foi repassado e por qual motivo; 1.138/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o valor gasto pelo Estado com as ações judiciais referentes ao fornecimento de fórmulas infantis especiais a pacientes com alergia à proteína do leite de vaca; 1.139/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Ipsemg pedido de informações sobre os credenciados do Estado e o valor do teto de cada um deles, o número de atendimentos no Hospital do Ipsemg, as especialidades nele atendidas, os vazios assistenciais, as medidas tomadas para resolver o problema e o prazo de atendimento; 1.142/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG – pedido de informações acerca da detenção em flagrante, pela Polícia Federal, em Juiz de Fora, de dois fiscais dessa autarquia por estarem supostamente recebendo propina em um posto de combustível, especificando as providências administrativas e disciplinares tomadas pelo instituto; a existência de registros de ocorrências por práticas irregulares assemelhadas ou denúncias anteriores contra esses fiscais; a existência de programas ou ações que objetivem o combate a atuações delituosas de seus agentes; e a forma como é feito o acompanhamento e a fiscalização da atuação de seus agentes nas aferições e medições realizadas em postos de combustíveis; 1.155/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o motivo da demora de até três anos para o atendimento das solicitações de aumento da potência dos transformadores, no caso de construções, reformas ou ampliações de instalações residenciais ou comerciais que o exigem; 1.216/2015, da Comissão de Agropecuária, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Agricultura pedido de informações sobre as razões da paralisação da obra

de construção do abatedouro regional do Município de Coimbra, objeto do Termo de Convênio nº 12.187/2010, firmado entre a mencionada secretaria e a prefeitura desse município; 1.229/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações acerca da transferência de 170 detentos de Juiz de Fora, no dia 8 de junho de 2015, especificando-se quais critérios foram levados em consideração para justificar a transferência; quais as condições atuais da infraestrutura e da população carcerária na cidade; se foram avaliadas e atendidas as condições de salubridade dos detentos e que contrapartida, em termos de estrutura de segurança, será oferecida à população da cidade diante do risco de motins e fugas; 1.252/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a existência de um instrumento jurídico contendo as obrigações de investimentos da empresa nos municípios abrangidos pelo sistema de abastecimento Vargem das Flores; 1.253/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações sobre a estratégia de enfrentamento do aumento da criminalidade no hipercentro de Belo Horizonte e as ações de prevenção e combate à comercialização e ao uso de *crack* e outras drogas; 1.254/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre a política pública destinada às ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas entre crianças e adolescentes nas escolas do Estado; 1.255/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social e ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a política pública destinada a ações de prevenção ao uso do álcool e outras drogas e de recuperação da saúde dos usuários; 1.256/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a quantidade de processos judiciais determinando a internação ou o tratamento dos usuários de álcool e outras drogas, do ano de 2012 ao primeiro trimestre de 2015, com vistas a conhecer a ampliação dessa demanda; 1.257/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre as obras de melhoria da MG-060, entre os Municípios de Esmeraldas e São José da Varginha, e o contrato de concessão da referida rodovia; 1.258/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes e ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre as metas e os cronogramas pactuados para a construção dos trevos no entrocamento da Rodovia MG-050 com a Avenida Arlindo Figueiredo e com o Distrito Industrial 2, decorrentes do contrato de parceria público-privada cujo objeto é a concessão patrocinada da referida rodovia; 2.491/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre os critérios utilizados pela perícia médica para verificação da deficiência dos candidatos inscritos nos concursos públicos em andamento na instituição; e 3.520/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações consubstanciadas em relatório dos contratos de construção, manutenção, reforma e adaptação de rodovias estaduais, bem como das rodovias federais que estejam sob sua jurisdição; na 2ª Fase, à apreciação da matéria constante da pauta da primeira reunião, e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de agosto de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2016, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os processos de credenciamento de novos serviços no Sistema Único de Saúde – SUS –, o teto de financiamento do SUS no Estado, a urgência e emergência, a melhoria do diagnóstico precoce de câncer para diminuição de custos de tratamentos paliativos, bem



como o motivo pelo qual Minas Gerais ficou fora do programa de expansão de radioterapia do Ministério da Saúde, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2016.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Glaycon Franco, João Vítor Xavier e Tony Carlos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2016, às 10h20min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2016.

Gil Pereira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Glaycon Franco, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 8/8/2016, às 10h30min, 14h30min e 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 2º turno do Projeto de Lei Complementar nº 52/2016, do governador do Estado, e dos Projetos de Lei nºs 3.504 a 3.507, 3.510, 3.511, 3.513 e 3.515/2016, do governador do Estado; de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 3.040/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho; 3.099/2015, do deputado Arnaldo Silva; e 3.192, 3.482 e 3.502/2016, do governador do Estado; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2016.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, André Quintão, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 8/8/2016, às 11 horas, às 15 horas e às 18h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 2º turno dos Projetos de Lei nºs 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, e 2.834/2015, do deputado Deiró Marra, e para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 3.482 e 3.502/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2016.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/8/2016, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater problemas administrativos ocorridos nas gestões atual e passadas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – Macro Norte, bem como



suposto assédio moral sofrido por servidores da instituição que participaram de campanha de reivindicação por melhorias salariais e de carreira, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2016.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, André Quintão, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 9/8/2016, às 10h30min, às 15 horas e às 18h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 2º turno dos Projetos de Lei nºs 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, e 2.834/2015, do deputado Deiró Marra, e para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 3.482 e 3.502/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2016.

Tiago Ulisses, presidente.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 4/8/2016, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Carmem Campos, chefe de Gabinete da Deputada Federal Dâmina Pereira, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.492/2016, da Comissão Extraordinária do Idoso.

Do Sr. Francisco de Assis Figueiredo, secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 6.318/2016, do deputado Arlen Santiago.

Do Sr. Frederico Souza, gerente de Relações Institucionais da Via 040, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.000/2016, do deputado Inácio Franco.

Do Sr. Gulivert Hudson Melo de Oliveira, presidente da Unimed Vertente do Caparaó, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.937/2016, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Dos Srs. Heberth Percopo Seabra e Paulo H. Barbosa Pontello, respectivamente gerente de filial e gerente-geral de agência da Caixa Econômica Federal, informando o crédito dos recursos financeiros que mencionam, para a operação firmada no programa *Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários*. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Herbert José Almeida Carneiro, presidente do Tribunal de Justiça (2), comunicando sua impossibilidade de participar de evento promovido por esta Casa, em parceria com a OAB – Seção Minas Gerais; e prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.968/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Ingrid Hrusa Coutinho da Silva, chefe de gabinete substituta do ministro da Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.318/2016, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Vítor Valverde, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte (5), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.633/2016, da Comissão de Defesa do Consumidor, 4.801/2016, da Comissão de Assuntos Municipais, e 4.890, 4.891 e 4.892/2016, da Comissão Extraordinária das Águas.



Do Sr. Vítor Valverde, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Assuntos Municipais encaminhado por meio do Ofício nº 1.164/2016/SGM. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Vítor Campos Moura Neves e Siqueira, estudante, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção a requerimento da deputada Celise Laviola, pela conquista do certificado de proficiência em mandarim e por ter sido o 1º colocado no Estado e o 3º no País em concurso realizado pela Unesp em 2015, do qual participou como representante de nosso estado, bem como pelo convite do Instituto Confúcio da República Popular da China para aprofundar seus estudos de mandarim na Universidade de Whuan.

Da Sra. Yael Ribeiro Costa, coordenadora-geral substituta do gabinete do ministro da Agricultura, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.989 e 3.999/2016, das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Agropecuária.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/8/2016

O deputado Braulio Braz* – Sr. Presidente, nobres deputados, telespectadores da TV Assembleia, na última terça-feira, dia 26 de julho, a população de Machado se despediu de um dos maiores líderes que já viveu na cidade e que, ao dedicar praticamente toda a sua vida à atividade política, nos deixa um legado, um exemplo marcante de homem público. Digo isso porque, ao mesmo tempo em que era um exímio administrador público, Carlos Alberto Pereira Dias sabia, de maneira ímpar, lidar com as pessoas, com inteligência, habilidade, lealdade e coragem. Foi um atuante representante do povo, ajudando os mais necessitados e contribuindo com sua imensa capacidade de realização na tarefa de construir uma cidade mais justa e desenvolvida.

Carlos Alberto, mais conhecido como Carlão, nasceu no dia 15/10/1948, em São Paulo. Filho de Amaury Pereira Dias e Maria Dória Calil Dias, cresceu na cidade de Machado junto aos seus pais. Agricultor, casou-se com Maria Aparecida Teixeira Dias, mais conhecida como Dona Cida, com quem teve três filhos – Carlos Alberto, Renata Teixeira e Ana Cláudia – e quatro netos – Ana Carolina e Lucca, filhos de Renata; Gustavo e Daniel, filhos de Ana Cláudia. Dona Cida foi uma primeira-dama atuante, que muito serviu à população machadense. Infelizmente, ela veio a falecer em abril deste ano, deixando um exemplo de carisma e solidariedade para todos os que tiveram o privilégio de conhecê-la.

Aos 22 anos, Carlos Alberto ingressou na política e foi eleito o vereador mais jovem de Machado, pelo partido DEM, assumiu e exerceu o cargo entre 1973 e 1976, ocupou a presidência da câmara e demonstrou ser uma figura cativante, lutadora e simples. Aos 26 anos, tomou posse em seu primeiro mandato como prefeito. Esteve à frente da prefeitura por quatro mandatos: de 1977 a 1982; 1989 a 1992; 2005 a 2008; e 2013 a 2016, quando se afastou em janeiro de 2016 para cuidar de sua saúde.

Carlos Alberto, no exercício do cargo público, foi um diferencial entre os políticos da cidade e sempre atendeu aos interesses da população sem olhar a questão partidária, quebrando o paradigma das políticas tradicionais. Em sua atuação, teve o ideal de servir ao povo tão amado de sua terra. Viabilizou recursos para melhorar e modernizar a infraestrutura do município, deixou grandes obras na cidade em suas gestões. Foi um homem do povo, trabalhou em prol da população. Suas ações eram voltadas para o desenvolvimento, pensando sempre no próximo e no futuro das crianças e jovens.

No seu último mandato, em 2013, teve início a nossa parceria política, que consolidou uma amizade além do ambiente político.

Intermediamos diversos recursos junto ao governo do Estado, que contribuíram de forma generosa para a melhoria das condições de vida da população machadense, conquistas como o ProMunicípio, verbas para a saúde, educação e

infraestrutura, asfaltamentos, caminhões, veículos para a saúde e ainda obras em andamento, que fazem parte do legado dessa parceria. Em 2014 foi homenageado com a medalha da Ordem do Mérito Legislativo, quando tive o prazer de indicá-lo pelos importantes serviços prestados ao Estado de Minas Gerais.

Hoje, tenho a certeza de que a maior herança que Carlão nos deixou é o exemplo de um inigualável gestor e de um amor esplêndido por seu município. Dedicou praticamente toda a sua vida à atividade política. Era um excelente administrador público, sabia lidar com as pessoas de uma maneira ímpar, com inteligência, competência, conhecimento, simplicidade e coragem. Uma de suas virtudes era a educação com quem o rodeava. Gostava sempre de ouvir e ser ouvido, respeitava os costumes, comportamentos e valorizava sempre a cultura.

Carlos Alberto incentivou a filha Renata Teixeira Dias a se candidatar ao cargo de vereadora. Ela foi eleita com 697 votos, sendo a mais votada na cidade e assumindo a presidência da Câmara Municipal na eleição de 2013. Renata deu posse ao seu pai como prefeito em seu último mandato. Realizaram um acontecimento histórico, pois, ao mesmo tempo, pai e filha ocuparam dois cargos dos Poderes do município. Juntos continuaram na política, o que a família vinha fazendo há anos, desde seu bisavô, que também exerceu mandado público como vereador. Hoje, Renata segue desempenhando um belo trabalho em prol do desenvolvimento de Machado, visando ao melhor para a população. Os exemplos e ensinamentos deixados por seu pai servem de inspiração para a sua vida pública e continuarão vivos e ativos na política local.

Neste momento, em que reverenciamos um homem público de tamanha envergadura, também o lado do relacionamento humano me vem à lembrança. Quando eu ia visitar o Carlão, em Machado, sempre era muito bem recebido por ele, conversávamos sobre nossa parceria política, sobre os planos e projetos de crescimento do município. Ao sermos privados de sua companhia, fica a nossa homenagem e a certeza de que a família Pereira Dias terá o Carlos Alberto como referência para dar prosseguimento a sua caminhada de compromisso e ao trabalho deixado pelo seu legado no cenário político de Machado. Muito obrigado, nobres companheiros.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta – Exmo. Sr. Presidente, deputado Braulio Braz, que preside os trabalhos da reunião da Assembleia Legislativa nesta tarde; deputados presentes. Nos últimos tempos tenho abordado muito a questão das estradas federais do nosso estado. Particularmente tenho chamado a atenção para a BR-251, que liga Montes Claros à Rio-Bahia, uma importante rodovia, com mais de 300km, que corta todo o Norte de Minas e pela qual passam 16 mil carretas todos os dias, levando economia da Região Sudeste para o Nordeste, levando milhares de pessoas. Essa BR-251 é o retrato do caos, o retrato do descaso, o retrato do abandono por que passa nosso estado por parte do governo federal. Tenho também abordado, tenho chamado a atenção, tenho pedido, juntamente com o deputado Doutor Jean Freire, da região do Vale do Jequitinhonha, companheiro, bravo deputado, a situação da BR-367, uma das mais importantes rodovias que cruza todo o Vale do Jequitinhonha, idealizada na época de Juscelino Kubitschek e que interliga toda a região de Diamantina ao litoral brasileiro. São duas importantes e enigmáticas rodovias, que desafiam governos, que desafiam a paciência de milhares e milhares de pessoas que por elas passam e delas necessitam para sobreviver, transportando pessoas, transportando a economia do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

Hoje, Sr. Presidente, eu gostaria também de abordar a situação das rodovias estaduais. Num passado próximo tivemos o programa Processo. No governo Aécio Neves, no governo Anastasia, foram construídas centenas de rodovias levando o asfalto e o progresso a mais de 220 municípios. Esses municípios tinham suas vias de acesso no cascalho, na terra, eram verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento. Passados seis, sete anos do Processo, estamos já vendo que essas rodovias, que precisam de manutenção, que precisam do apoio do governo do Estado, que precisam de chamar à responsabilidade as empresas, as empreiteiras que construíram essas mais de 220 rodovias, estão já em processo de deterioração.

Esta noite, presidente, passei pela MG-120, rodovia que liga o Município de Riacho dos Machados à BR-251. Nunca vi uma estrada tão ruim. Toda esburacada. Uma estrada que foi construída e festejada por milhares e milhares de pessoas. Essa estrada já se encontra num estado que coloca em risco de vida centenas de pessoas todos os dias.



Não é a toa que essas rodovias, essas MGs construídas há sete anos precisam que o DER, a Secretaria de Obras, o governo do Estado de Minas Gerais desenvolvam, imediatamente, um programa de manutenção e de recuperação. Estamos vendo milhões e milhões de recursos aplicados pelo governo do Estado. Várias empresas ganharam a licitação. Comemoramos, fizemos a festa, cantamos em prosa e verso esse feito do governo do Estado e, agora, estamos observando que o governo de Minas não está dedicando a essas rodovias o interesse e um programa para recuperá-las.

Gostaria, neste momento, Sr. Presidente, de dizer que vamos apresentar, hoje, à Comissão de Transporte desta Casa uma proposta de realização de audiência, proposta de um trabalho, para que a gente possa trazer a esta Assembleia Legislativa alguns prefeitos que estão reclamando, e com razão; possa trazer a esta Casa representantes do governo de Minas e, principalmente, representantes dessas empreiteiras, para que expliquem qual convênio foi feito, quais as bases desses convênios, de forma que a gente possa ter elementos e cobrar e, se preciso, ir à Justiça, para que essas empreiteiras deem suporte, manutenção a essas centenas de rodovias construídas.

Ao passar pela MG-120 ontem, além dos buracos, da falta de sinalização e de animais soltos na pista à noite, ficamos estarecidos com o abandono em que se encontram as nossas rodovias. Não adianta nada alguém subir a esta tribuna, não adianta nada fazer a defesa do governo, não adianta nada dizer que Minas, hoje, possui apenas quatro ou cinco vias de acesso não asfaltadas que são federais. Decorridos apenas seis anos ou, em muitos casos, cinco anos, já vemos os efeitos do tempo e da falta de manutenção dessas rodovias.

Quero dizer com tristeza que não podemos aceitar uma situação dessa. Dinheiro público é dinheiro que tem de ser muito bem empregado. Estamos vendo aí o desperdício do dinheiro público; estamos vendo, através da televisão, o descaso com o dinheiro público, a roubalheira que se instalou neste País com os recursos do povo de Minas Gerais. Por isso o Brasil está na situação em que está.

Queria, nestas rápidas palavras, falar da minha indignação, do meu inconformismo com a situação precária em que se encontra grande parte dessas rodovias. Sei que a intenção foi a melhor possível, sei que foi um programa vitorioso, um programa defendido e comemorado por todos, mas não podemos aceitar que essas rodovias de 30km, 40km, 50km, com apenas seis anos de vida útil, apresentem os buracos e os defeitos que estão apresentando, colocando em risco a vida do povo de Minas Gerais.

Então, presidente, ao encerrar a minha fala neste início de trabalho, nesta sessão, em que estamos vendo o Brasil comemorando as Olimpíadas que se avizinham, comemorando o dinheiro internacional que está vindo para o País – delegações de mais de 200 países estão comemorando essas Olimpíadas, que parece vai ser muito boa, segura para o povo brasileiro e para a comunidade internacional –, estamos vendo o câncer que se instala no País: da corrupção, do descaso, do desperdício, das obras malfeitas, e o brasileiro está pagando essa conta. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Exmo. Sr. deputado Braulio Braz, que preside esta reunião da Assembleia Legislativa, nesta tarde, juntamente com nosso 1º-secretário, deputado Ulysses Gomes; nosso sempre secretário Dirceu Ribeiro, querido amigo; deputado Carlos Pimenta, telespectadores da TV Assembleia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com muita satisfação que viemos aqui na Assembleia Legislativa, na semana passada, na convenção de três partidos aliados.

Tivemos aqui na Assembleia Legislativa a convenção do DEM, com a participação do líder deputado Gustavo Corrêa, que se encontra presente. Também foi feita a convenção do PP, com a presença do ex-governador Alberto Pinto Coelho, do ex-presidente da Assembleia Dinis Pinheiro, do ex-deputado Márcio Cangussu e do deputado Gil Pereira. Foi realizada também a convenção municipal do PSDB, o meu partido, com a presença das nossas lideranças nacionais, do mais querido senador Aécio Neves, do senador Anastasia, do presidente estadual do PSDB, do deputado federal Domingos Sávio e de vários deputados federais. Contamos também com a presença dos nossos vereadores, vereador Bim da Ambulância, Juninho e Heleno.



Quero aqui saudar a presença do presidente estadual do PTB; meu querido irmão, meu companheiro, deputado Dilzon Melo, sempre tão presente na minha vida, na minha história política. Quero agradecer ao deputado Dilzon Melo pelo apoio e amizade permanentes, e à Íris, a quem aproveito para mandar um grande abraço. É uma família de meu coração. Quero agradecer muito sua presença constante na minha vida, Líder Dilzon Melo.

Tivemos, deputado Dilzon Melo, uma grande convenção desses partidos. O deputado Mourão não pôde estar presente. O PSDB viveu uma grande convenção também em Governador Valadares, com nosso pré-candidato André. Ele não pôde estar presente, mas foi uma grande festa. Nessa grande convenção, tivemos uma grande presença, neste Plenário e nas galerias, da militância do PSDB, do PP, do DEM e de outros partidos, que se fizeram presentes. Quero agradecer a todos os que estiveram presentes. Quero agradecer também as manifestações tão calorosas, tão amigas dos outros partidos, como as do DEM.

Recebi hoje a mensagem do ex-ministro Carlos Melles, deputado federal, dizendo que não pôde estar presente, mas recebi a manifestação dele. Entendi também que muitos deputados do PSDB não puderam estar presentes. Nosso querido secretário-geral do PSDB, João Vítor Xavier, está presente e reportando para Minas Gerais e para o Brasil as Olimpíadas, que acontecerão no Rio de Janeiro. Encontra-se presente também o deputado Arantes, envolvido com as convenções do PSDB no interior. Tivemos aqui a presença do deputado Gustavo Valadares, do PSDB.

Concedo aparte ao meu sempre líder, que é uma referência não apenas no PSDB, mas também nas políticas mineira e brasileira, Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado João Leite, meu amigo e nosso candidato a prefeito da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Quando V. Exa. falou das presenças na convenção, esqueceu-se daquelas de coração, de espírito e de alma, como é o meu caso. Muitos de nós, mais radicados no interior, participamos das convenções nas cidades. A sua convenção coincidiu com a nossa, em Governador Valadares. Esse é o motivo pelo qual eu não estava aqui para aplaudi-lo e apoiá-lo.

Como seu companheiro do PSDB, quero dizer alto e bom som para Minas Gerais, por meio da TV Assembleia, que V. Exa. é nosso candidato não apenas porque é do nosso partido e porque é muito nosso amigo. V. Exa. é nosso candidato, deputado João Leite, porque reúne todos os requisitos para ser um senhor prefeito de Belo Horizonte. Possui princípios de família. V. Exa. é um exemplo nessa área. Estou dando o testemunho de quem convive com V. Exa. há muitos anos, em todos os sentidos. V. Exa. é um exemplo de família, de honradez, caráter e personalidade. Estou falando de toda a impressão real e sincera que tenho a seu respeito. É um homem probo, honrado, simples, comunicativo, plenamente preparado para ser o prefeito da nossa capital. Tenho a certeza de que o povo mineiro, não apenas o belo-horizontino, ficará feliz. Belo Horizonte ficará bem servida com um homem de caráter, de revestimento moral. Portanto, fico feliz. Entrarei de sola, farei tudo o que eu puder, com todas as pessoas do interior que votarem em Belo Horizonte, para trabalhar pela eleição de V. Exa. e por uma grande realização do nosso partido, de Belo Horizonte e do povo de Minas Gerais. Felicidades, meu amigo e companheiro, deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Mourão. V. Exa. sabe do carinho e do apreço que tenho por V. Exa. e da admiração que tenho pela sua história marcante na vida política de Minas Gerais e do Brasil. V. Exa. é um exemplo para todos nós. Agradeço muito a sua manifestação.

Concedo aparte a esse amigo do coração, grande líder, deputado que, além de Varginha e do Sul de Minas, fez muito pela nossa capital como secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. Na sua gestão foram feitas várias obras em Belo Horizonte, com recursos do Estado. Dizem que a gratidão é uma das primeiras coisas que perdemos. Muitas vezes o seu nome não é lembrado. Mas a sua marca está na cidade de Belo Horizonte, em obras importantes e estruturantes. Além da nossa amizade pessoal, quero reconhecer o seu papel fundamental na construção desta Belo Horizonte que temos hoje. Com muito prazer, concedo aparte a V. Exa., meu amigo.



O deputado Dilzon Melo (em aparte) – Meu prezado amigo e irmão João Leite, estando em seu coração, para mim, já é o suficiente para eu me sentir orgulhoso, feliz, realizado. Na política, muitas vezes não há reconhecimento nem gratidão. Mas, quando se trata de irmão de coração, isso nos preenche a vida, deixa-nos muito alegres.

Fico muito honrado com suas palavras elogiosas a meu respeito. Confesso em público – estou aqui há sete mandatos – que o conheço de perto. É tão fácil admirá-lo, ser seu amigo, seu companheiro por seus predicados e por suas qualidades, como disse o Bonifácio Mourão, outro decano nesta Casa, pessoa de bem, que sabe avaliar quem é bom e quem é mau. V. Exa. é dos que nos orgulham de caminhar juntos.

Fico extremamente feliz e honrado de estar com V. Exa. em todos os momentos da sua vida. Onde colocar o pé, coloco meu coração, porque V. Exa. me orgulha, preenche todos os requisitos que queremos de um amigo, de um cidadão e de um irmão. É, portanto, um orgulho para nós.

Quero felicitá-lo por sua convenção, pela qual batalhamos muito. Trabalhamos demais dentro do PTB para que pudéssemos estar com V. Exa. Às vezes, os caminhos são tortuosos. Só não ficarei com V. Exa. e com o PTB se não deixarem, se não nos permitirem caminhar juntos, mas vou estar de coração, de alma, dando tudo de mim para que Belo Horizonte seja gratificada com sua presença como prefeito. É o que ela poderia ter de melhor neste momento tão tumultuado em que o Brasil tem carência de tudo: de caráter, de honradez, de pessoa proba, de um bom pai de família, de uma pessoa em que ninguém coloca defeito. Belo Horizonte também precisa desse tipo de homem.

Parabenizo-o. Vamos estar juntos. Queira de mim tudo que V. Exa. achar que eu possa fazer como presidente do PTB. Falo não só em meu nome, mas no do Bráulio, do Arlen, de Felipe Attiê, de Elaine Matozinhos, que são também peças fundamentais, colunas dentro do nosso partido. V. Exa. terá o nosso reconhecimento e o nosso apoio integralmente. Que Deus o abençoe, cubra-o de bênçãos! Não perca o rumo dessa vontade de trabalhar que tem. Não perca o foco desse serviço que V. Exa. quer para Belo Horizonte. Certamente todos nós vamos ganhar muito, principalmente os que mais precisam, os mais humildes, os que têm menos voz, os que têm menos jeito de chegar a um político. Eles precisam mais de V. Exa. do que nunca. Vamos juntos porque temos muito, como cristãos, a fazer por esta Belo Horizonte. Que Deus o abençoe, cubra-o de bênçãos! Vá em frente, porque, com certeza, V. Exa. já está lá.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Dilzon. É uma manifestação muito carinhosa de sua parte, fruto da nossa amizade, da nossa irmandade. Em tantos anos nesta Casa, convivendo, aprendemos a nos conhecer, a saber quem somos. Tenho grande admiração por sua liderança, por sua força de trabalho. É um grande líder. Demonstrou isso nos mandatos aqui na Casa como 1º-secretário, como secretário de Estado numa pasta que lhe exigiu muito, pois comandava as grandes empresas do Estado. Foi o fazedor de obras de Minas Gerais que ficaram permanentes para a população mineira, notadamente para Belo Horizonte e para a região metropolitana. Há sua mão aqui, o seu trabalho, a sua liderança em momentos difíceis, porque Minas Gerais enfrentou um cerco, enfrentou as dificuldades de ter um governo totalmente contrário ao Estado, que era o governo do PT. V. Exa., com sua liderança, tocou e fez obras, projetos, deixou uma contribuição para o Estado, para a nossa Belo Horizonte, que todos amamos, e para a região metropolitana. Reconheço em meu irmão Dilzon Melo um grande líder, um grande gestor. Os técnicos devem ser reconhecidos, são importantes, mas temos políticos do gabarito de um Dilzon Melo, que é tocador de obras, que faz gestão competente.

O mesmo podemos falar de Bonifácio Mourão, tantas vezes prefeito de Governador Valadares. As mãos de Bonifácio Mourão, as obras de Bonifácio Mourão estão lá à beira do nosso Rio Doce.

O deputado Dilzon Melo* – E o que é importante: mãos limpas do deputado Bonifácio Mourão.

O deputado João Leite* – Isso, mãos limpas do nosso governo. Mãos limpas de um governo de que V. Exa. foi secretário, de que o deputado Mourão foi líder nesta Casa. Todos nós temos orgulho do que foi feito em Minas Gerais. Temos orgulho de o servidor público ter sido valorizado recebendo seu salário até o quinto dia útil do mês. Hoje, lamentavelmente, 180 mil servidores recebem de três vezes seu salário, e este mês receberão depois do dia 10.



Quero agradecer ao deputado Braulio Braz, esse querido amigo. Ele faz parte da nossa aliança ampla de partidos. Muito obrigado por este momento, que é tão especial. Muito obrigado pela manifestação desses queridos irmãos Bonifácio Mourão e Dilzon Melo. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/8/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Maria Paula Guerra, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 53/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 110/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que torna sem efeito a publicação, ocorrida em 5/8/2016, do edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de uniformes para a ALMG.

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2016.

Larissa Alves Cabral, pregoeira.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 63/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 131/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 29/8/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de ferramentas manuais e elétricas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.